



## CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma <b>LEI N° 1045/1962</b>		
Ementa <b>CRIA O TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS.</b>		
Data da Norma <b>06/11/1962</b>	Data de Publicação	Veículo de Publicação
Matéria Legislativa <b><u><a href="#">Projeto de Lei n° 1386/1961</a></u> - Autoria: Tarcísio Germano de Lemos</b>		
Status de Vigência <b>Revogada</b>		
Observações <b>Autor: TARCÍSIO GERMANO DE LEMOS</b>		
Histórico de Alterações		
<b>Data da Norma</b>	<b>Norma Relacionada</b>	<b>Efeito da Norma Relacionada</b>
28/05/1967	<u><a href="#">Lei n° 1457/1967</a></u>	Alterada por
30/12/1970	<u><a href="#">Lei n° 1772/1970</a></u>	Revogada por

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ



LEI Nº 1 045, de 6 de novembro de 1 962

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, de acôr  
do com a que decretou a Câmara Municip  
pal, em sessão realizada no dia 24/10/62,  
PROMULGA a seguinte lei: - - - - -

Art. 1º - Fica criado o Conselho Tributário Muni  
cipal.

Art. 2º - O Conselho Tributário Municipal, como  
intérprete das leis tributárias do município, na esfera admi  
nistrativa, é órgão competente para:

- a) - julgar os recursos de atos do Diretor da Fazenda  
sobre lançamentos e incidência de impostos, taxas  
e multas, por infração de leis e regulamentos da  
Fazenda Municipal;
- b) - julgar questões fiscais submetidas à sua decisão  
pelo Diretor da Fazenda;
- c) - emitir parecer, a juízo do Prefeito Municipal, sê  
bre assuntos que interessem às relações entre o  
fisco e os contribuintes;
- d) - representar ao Prefeito Municipal sobre a adoção  
de medidas tendentes ao aperfeiçoamento do siste  
ma tributário municipal e que visem, principalm  
te, ao estabelecimento da justiça fiscal e à con  
ciliação dos interesses dos contribuintes com os  
do município.

Art. 3º - O Conselho Tributário Municipal com  
põe-se de cinco membros, sendo três contribuintes e dois fun  
cionários municipais, com mandato para dois anos, com igual  
número de suplentes.

Parágrafo único - As nomeações serão feitas pelo  
Prefeito Municipal e os membros contribuintes serão indicados:

- a) - um pela Associação Comercial;
- b) - um pelo Centro das Indústrias (Secção de Jundiaí);
- c) - um pelo Conselho Sindical dos Trabalhadores de  
Jundiaí.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI



Art. 4º - O Conselho Tributário Municipal elegerá seu Presidente e Secretário.

Art. 5º - As atribuições dos membros do Conselho serão fixadas no seu Regimento Interno.

Art. 6º - Os funcionários municipais designados para membro do Conselho deverão desempenhar suas funções, sem prejuízo da sua atividade normal.

Art. 7º - Dos lançamentos ou decisões fiscais caberá representação ao Diretor da Fazenda, dentro de 15(quinze) dias, contados da notificação escrita ou publicação na impressa local.

Art. 8º - Do despacho do Diretor da Fazenda caberá recurso ao Conselho Tributário Municipal, dentro de 10(dez) dias, a contar da data da sua publicação na imprensa local ou da ciência do interessado no respectivo processo.

Art. 9º - Recebido o recurso, será julgado em reunião, dentro do prazo de (15) dias, devendo, antes, ser distribuído pelo Presidente a um dos membros para relatar.

Art. 10 - Das decisões, não unânimes, proferidas pelo Conselho, caberá recurso para o Prefeito Municipal, de ofício, se favoráveis ao contribuinte, e voluntário, se contrárias.

Art. 11 - As funções de membros do Conselho serão remuneradas pela forma de "jeton", o qual será sempre igual a 1/10 (um décimo) do salário mínimo local e pago por sessão que funcionar.

§ 1º - Fica fixado o limite de quatro (4) sessões mensais.

§ 2º - O Prefeito Municipal poderá autorizar, excepcionalmente, a realização de até 4 (quatro) sessões extraordinárias por mês, deferindo representação fundamentada do Presidente.

Art. 12 - A assistência jurídica que se fizer necessária ao Conselho Tributário Municipal será prestada pela Procuradoria Judicial da Prefeitura Municipal.

Art. 13 - Fica criado um cargo de Escriurário,

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ



Escriturário, de Carreira, de provimento efetivo, padrão "F".

Art. 14 - O Executivo Municipal regulamentará a presente lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 15 - Para recurso ao Conselho Tributário Municipal os contribuintes deverão recolher a quantia reclamada pelo município.

Art. 16 - É competente o Conselho para o julgamento de todos os recursos em andamento, por ocasião da promulgação da presente lei.

Art. 17 - As despesas com a execução desta lei, no presente exercício, correrão por conta da verba 161 - 8 13 1, suplementada se necessário.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- Dr. Omair Zomignani -  
Prefeito Municipal

Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura Municipal de Jundiaí, aos seis dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e dois (6-11-1962).-----

- José Maria do Monte Carmello -  
Diretor Administrativo